

Nota curricular

Francisco Manuel de Andrade Corte-Real Gonçalves.

Mestre e doutorado em Medicina (Medicina Legal) pela Universidade de Coimbra. Especialista em medicina legal pela Ordem dos Médicos.

Professor associado da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e assistente graduado de Medicina Legal. Habilitado com os cursos de Especialista Universitário em Avaliação do Dano Corporal, pela Faculdade de Medicina da Universidade de Santiago de Compostela, de pós-graduação de Direito Biomédico, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, de pós-graduação sobre Peritagem Médico-Legal no âmbito da Reparação Civil do Dano Pós-Traumático, de pós-graduação em Medicina Legal Social e do Trabalho e Superior de Medicina Legal pelo Instituto de Medicina Legal de Coimbra.

Presidente da Associação Portuguesa de Avaliação do Dano Corporal e presidente da comissão de ética da Association for Innovation and Biomedical Research on Light and Image, sendo membro do conselho científico da revista *Coimbra Médica*, membro da comissão de ética da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, membro do Centro de Investigação em Meio Ambiente, Genética e Oncobiologia, da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, membro do Centro de Investigação de Histofisiologia, Patologia Experimental e Biologia do Desenvolvimento, da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, membro do Conselho Médico-Legal, membro do conselho científico da *Revista Portuguesa do Dano Corporal* e sócio fundador e secretário da mesa da assembleia do Centro de Estudos de Pós-Graduação em Medicina Legal.

Foi vice-presidente do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, de 2000 a 2007, membro do conselho técnico do Instituto de Medicina Legal de Coimbra, de 1999 a 2001, secretário do Conselho Médico-Legal de Coimbra, de 1997 a 2001, membro do conselho directivo da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, de 1997 a 1999, e secretário de redacção da *Revista Portuguesa do Dano Corporal*, de 1995 a 1999.

Foi co-presidente do 21st International Congress of the International Society for Forensic Genetics, membro do *comité* científico do III Congreso Latinoamericano de Derecho Médico, II Congreso Ibérico de Medicina Legal e X Jornadas de la Sociedad Española de Medicina Legal y Forense, vice-presidente do IV Congresso Luso-Espanhol de Avaliação do Dano Corporal, vice-presidente da comissão científica das XIVèmes Journées Internationales Méditerranéennes de Médecine Légale, secretário-geral das V Jornadas de Genética Forense do Grupo Espanhol e Português da Sociedade Internacional de Genética Forense, vogal da comissão congressual do I Congresso Internacional de Valoración del Daño Corporal e do III Congresso Hispano-Luso de Avaliação do Dano Corporal, além de membro da comissão organizadora de diversos congressos nacionais e internacionais. Autor ou co-autor de cerca de uma centena de publicações e de três centenas de apresentações científicas; orientador ou co-orientador de diversas teses de mestrado e de doutoramento.

Nota curricular

Teresa Maria Salgado de Magalhães.

Doutorada em Medicina (área da Sociologia Médica), especialista em medicina legal, chefe de serviço de medicina legal, com o grau de consultora, e directora da Delegação do Porto do Instituto Nacional de Medicina Legal.

Professora catedrática convidada do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar e associada convidada, com agregação, da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

Directora do Instituto de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e regente das disciplinas de Medicina Legal da Faculdade de Medicina, do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar e da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Coordenadora do mestrado em Ciências Forenses da Universidade do Porto e directora do curso superior de Medicina Legal e do curso de avaliação do Dano Corporal Pós-Traumático.

Vogal do Conselho Médico-Legal e do conselho coordenador de avaliação do Instituto Nacional de Medicina Legal e vogal do conselho directivo do colégio da especialidade de medicina legal da Ordem dos Médicos.

Representante da Delegação do Porto do Instituto Nacional de Medicina Legal junto do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil.

Delegada por Portugal no European Council of Legal Medicine. Competência em gestão dos serviços de saúde atribuída pelo conselho nacional executivo da Ordem dos Médicos. Curso para altos dirigentes do Ministério da Justiça e Seminário para Alta Direcção, do INA, tendo recebido um prémio no último.

Membro do conselho científico da *Revista Portuguesa de Avaliação do Dano Corporal* e membro da comissão de revisão da nova versão do International Index and Dictionary of Rehabilitation and Social

Integration da National Library of Medicine do Instituto Nacional de Saúde do Canadá.

Autora de mais de 100 artigos publicados, de nove capítulos de livros e de três livros, sendo autoar/co-autora de mais de 300 comunicações ou conferências apresentadas em congressos.

Orientadora de múltiplas teses de mestrado e doutoramento, a nível nacional e internacional. Recebeu dois prémios científicos internacionais e quatro louvores de sociedades científicas.

Tem sido membro de diversos grupos de trabalho no âmbito da sua área profissional, bem como de júris de múltiplos concursos administrativos e académicos.

É membro de várias sociedades científicas nacionais e internacionais, designadamente da International Academy of Legal Medicine.

Exerceu previamente outras actividades como secretária-geral da Sociedade Médico-Legal de Portugal, secretária-geral do Groupe International de Recherche Interdisciplinaire sur le Handicap, vogal da direcção da Cooperativa Mais Criança, vice-presidente da Sociedade Portuguesa de Médicos Avaliadores do Dano Corporal e coordenadora pela Universidade do Porto do International Master on Community Protection and Safety Promotion.

Nota curricular

Jorge Manuel Matias da Costa Santos.

Professor associado convidado da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e chefe de serviço de medicina legal, com o internato complementar da especialidade de psiquiatria e pós-graduação em Psiquiatria Forense e Criminologia Clínica.

Professor visitante em diversas universidades nacionais.

Director da Delegação de Lisboa do Instituto Nacional de Medicina Legal.

Membro do Conselho Médico-Legal.

Membro da comissão coordenadora do conselho científico da Faculdade de Medicina de Lisboa.

Director do curso de mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses da Faculdade de Medicina de Lisboa.

Presidente do colégio da especialidade de medicina legal da Ordem dos Médicos.

Autor de mais de seis dezenas de trabalhos publicados. Autor/co-autor de mais de 200 trabalhos apresentados em congressos, entre os quais mais de duas dezenas de conferências proferidas no estrangeiro por convite.

Membro do conselho fiscal da Academia Internacional de Medicina Legal.

Presidente da mesa da assembleia geral da Sociedade Portuguesa de Suicidologia.

Membro de mais de duas dezenas de sociedades científicas nacionais e internacionais.

Membro do conselho científico ou editorial de revistas nacionais e internacionais da área da medicina legal e da psiquiatria forense.

Organizador de diversos cursos de pós-graduação na área da medicina legal e ciências forenses.

Tem sido membro de diversos grupos de trabalho nacionais e internacionais, no âmbito da sua área profissional, alguns deles de nomeação ministerial.

Integrou diversos júris de qualificação académica e profissional.

Exerceu previamente outras actividades, designadamente de director dos serviços de clínica médico-legal e de psiquiatria forense do Instituto de Medicina Legal de Lisboa e da Delegação de Lisboa do Instituto Nacional de Medicina Legal, tendo sido membro do Conselho Regional do Internato Complementar de Medicina Legal e consultor científico de diversas instituições públicas e privadas.

Despacho n.º 11 524/2007

A publicação dos diplomas que concretizam, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o processo de reorganização dos serviços do Ministério da Justiça (MJ) no quadro da nova orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, determinou, para além da criação, aperfeiçoamento e clarificação de novos instrumentos orgânicos de desenvolvimento da política de justiça, a extinção de diversos órgãos e estruturas e a consequente redistribuição de competências e atribuições, para além de uma diminuição significativa do número de cargos dirigentes.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 125/2007, de 27 de Abril, e em consonância com os princípios subjacentes ao PRACE, concretiza-se a reestruturação da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) através da aprovação da nova orgânica.

Neste contexto, afigura-se imperativo proceder à nomeação da nova equipa dirigente da DGSP, processo que ora se inicia com a nomeação do dirigente máximo do serviço.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com os artigos 14.º, 26.º e 29.º do Decre-

to-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 125/2007, de 27 de Abril, é nomeado director-geral da DGSP, em comissão de serviço, o licenciado Rui José Simões Bayão de Sá Gomes, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções, como evidência o respectivo currículo, publicado em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

16 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Síntese curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — Rui José Simões Bayão de Sá Gomes;
Naturalidade — Lisboa;
Data de nascimento — 25 de Janeiro de 1960;
Estado civil — casado.

2 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, concluída em 1988;
Curso de mestrado em Direito, na menção Ciências Jurídicas, da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (parte escolar).

3 — Situação profissional actual — director-geral dos Serviços Prisionais, desde 1 de Agosto de 2006.

4 — Actividade profissional:

Desde 1 de Agosto de 2006, director-geral dos Serviços Prisionais; Director de serviços do Serviço de Informações de Segurança, da Presidência do Conselho de Ministros (1997-2006);

Assessor jurídico do Provedor de Justiça, nas áreas de assuntos judiciais e penitenciários, defesa nacional, segurança interna, trânsito e registos e notariado (1995-1997).

5 — Representações:

Representante do SIS no Instituto da Droga e Toxicodependência, anterior IPDT (1998-2006);

Representante do SIS na Autoridade Nacional para a Proibição de Armas Químicas (ANPAQ), no âmbito da Convention Organization for Prohibition of Quimical Weapons;

Representante do SIS no Grupo Multidisciplinar da Proliferation Security Initiative (PSI).

6 — Actividade docente/conferências:

Assistente de diversas disciplinas do curso de Direito e de Gestão de Empresas na Universidade Lusíada, em Lisboa (1989-2006);

Docente do curso de pós-graduação em Criminologia da Universidade Lusíada, em Lisboa (2003-2006);

Assistente de diversas disciplinas do curso de Direito da Universidade Internacional, em Lisboa (1989-1997);

Regente de diversas disciplinas do curso de Direito, na Universidade de Direito da Guiné-Bissau, ao abrigo de protocolo existente entre o Governo Português e a República da Guiné-Bissau (1994);

Assistente de diversas disciplinas do curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1989-1995);

Regente das disciplinas de Direito Processual Penal e de Direito Penal na Academia Militar, em Lisboa;

Palestras e diversos cursos de formação na área do Direito Penal, teoria geral das informações e outros (1999-2005);

«O tráfico de armas em Portugal», conferência organizada pela Comissão Nacional Justiça e Paz (CNJP).

7 — Publicações:

As Prisões em Portugal, relatório do Provedor de Justiça, 1996 (co-autoria);

Introdução ao Estudo do Direito, edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1987-1988 (co-autoria);

Lições de Direito Processual Penal, Prof.ª Tereza Beleza (co-autoria);

Breves Notas sobre o Cumprimento Defeituoso no Contrato de Empregada, edição da Coimbra Editora;

A Adopção, edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1994;

«Criminalidade grupal», artigo publicado no livro *Informações e Segurança Interna*, edição da Coimbra Editora, 1998;

Em fase de publicação: *O Segredo de Justiça — Uma Perspectiva de Reforma*.

Despacho n.º 11 525/2007

A publicação dos diplomas que concretizam, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o processo de reorganização dos serviços do Ministério da Justiça (MJ), decorrente da nova orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, determinou, para além da criação, aperfeiçoamento e clarificação de novos instrumentos orgânicos de desenvolvimento da política de justiça, a extinção de diversos órgãos e estruturas e a consequente redistribuição de competências e atribuições, para além de uma diminuição significativa do número de cargos dirigentes.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 129/2007, de 27 de Abril, concretiza-se a reestruturação da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado (DGRN), que passa a integrar a administração indirecta do Estado, sob a designação de Instituto dos Registos e do Notariado, I. P. (IRN, I. P.).

Neste contexto afigura-se imperativo proceder à nomeação da nova equipa dirigente do IRN, I. P., processo que ora se inicia com a nomeação do seu dirigente máximo.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 17.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, conjugada com o disposto no artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nos artigos 18.º, 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 129/2007, de 27 de Abril, é nomeado presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., em comissão de serviço, o licenciado António Luís Pereira Figueiredo, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequada ao exercício das referidas funções.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

16 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Síntese curricular

Nome — António Luís Pereira Figueiredo.

Naturalidade — São João da Pesqueira.

Formação académica — licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Formação complementar — participação em diversos cursos nas áreas comportamental, gestão e avaliação de desempenho.

Situação actual — conservador do Registo Comercial de Cascais a exercer em comissão de serviço as funções de Director-Geral dos Registos e do Notariado.

Experiência profissional:

Jurista contratado no Serviço de Justiça do Quartel-General da Região Militar do Centro;

Exerceu advocacia no Conselho Distrital de Coimbra;

Adjunto do conservador nas Conservatórias dos Registos Civil de Montemor-o-Velho, Civil e Predial de Penacova, Predial de Soure e Predial de Coimbra;

Notário e conservador dos Registos Civil e Predial de Fronteira; Chefe de Divisão dos Serviços Administrativos e Financeiros, e notário privativo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital;

Conservador dos Registos Civil e Predial de Oliveira do Hospital, Predial de Leiria, Civil e Predial da Lousã, Comercial e Automóveis de Coimbra;

Participou em diversas conferências em Portugal e no estrangeiro, designadamente Espanha, Brasil e Cabo Verde;

Leccionou variadas acções de formação a oficiais dos registos e do notariado, em matéria dos registos predial e comercial e a candidatos à advocacia no Conselho Distrital de Coimbra, no âmbito do respectivo estágio de formação, em matéria de contratos, registo e notariado.

Docente convidado:

Centro de Estudos Notariais e Registais da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no curso de pós-graduação em Direito Notarial e Registral;

Instituto Superior Bissaya Barreto, no curso de ingresso para as Profissões Forenses em Registos e Notariado.

Despacho n.º 11 526/2007

A publicação dos diplomas que concretizam, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o processo de reorganização dos serviços do Ministério da Justiça (MJ), decorrente da nova orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, determinou, para além da criação, aperfeiçoamento e clarificação de novos instrumentos orgânicos de desenvolvimento da política de justiça, a extinção de diversos órgãos e estruturas e a consequente redistribuição de competências e atri-